

**DO CICLO INDUSTRIAL AO CICLO DE SERVIÇOS:
APONTAMENTOS INICIAIS PARA PENSAR O TURISMO
COMO UM FENÔMENO SOCIAL NA PANDEMIA**

*FROM THE INDUSTRIAL CYCLE TO THE SERVICE CYCLE: INITIAL NOTES TO THINK
TOURISM AS A SOCIAL PHENOMENON IN THE PANDEMIC*

Thiago Sebastiano de Melo

Universidade de Brasília (UNB)
sebastianodemelo@gmail.com

Resumo: A pandemia de Covid-19 se alastrou pelo mundo, afetou de maneira singular as principais economias do mundo, expôs a fragilidade de Estados pautados pela lógica liberal e teve como um dos principais rebatimentos o refreamento dos vultuosos números da economia turística mundializada. Sendo a restrição de mobilidade uma das principais formas de barrar ou diminuir a circulação do vírus, o turismo foi um dos primeiros setores a sentir a adesão dos países que entenderam a importância de priorizar as vidas humanas numa situação como esta. Os esforços para refletir sobre os impactos no turismo são diversos e têm aumentado. Uma vez mais, hegemonicamente partem de uma concepção economista, que se preocupa centralmente com estes números. Todavia, mesmo as análises críticas muitas vezes tropeçam em seus propósitos à medida que não estabelecem parâmetros para pensarmos objetivamente de quais atividades estamos falando quando falamos, por exemplo, em desemprego no turismo. Como consequência, este texto parte de uma revisão bibliográfica sobre a transição da sociedade do ciclo industrial para o ciclo de serviços e objetiva oferecer reflexões iniciais para pensar o turismo como fenômeno social como condição para enfrentar os atuais e vindouros efeitos da pandemia, notadamente nos aspectos que se relacionam com as decisões de Estado.

Palavras-chave: Turismo. Economia do turismo. Sociedade de serviços.

Abstract: The Covid-19 pandemic spread throughout the world, affecting the main economies of the world in a unique way, exposed the fragility of States guided by liberal logic and had as one of its main repercussions the curbing of the huge numbers of the globalized tourist economy. As the restriction of mobility is one of the main ways to stop or reduce the circulation of the virus, tourism was one of the first sectors to feel the adherence of countries that understood the importance of prioritizing human lives in a situation like this. Efforts to reflect on impacts on tourism are diverse and increasing. Once again, the reflections start from an economist conception, which is centrally concerned with these numbers. However, even critical analyzes often stumble over their purposes as they do not establish parameters to objectively think about what activities we are talking about when we talk, for example, about unemployment in tourism. As a result, this text starts from a literature review on the transition of society from the industrial cycle to the service cycle and aims to offer initial reflections to think of tourism as a social phenomenon as a condition to face the current and future effects of the pandemic, especially in the aspects that relate to the decisions of the State.

Keywords: Tourism. Tourism economics. Service society.

INTRODUÇÃO¹

A arte é, sob muitos aspectos, turística. Cada dia mais. Assim sendo, comecemos por ela. Caetano Veloso² canta:

Um mulato baiano,
Muito alto e mulato
Filho de um italiano
E de uma preta hauçá
[...]
Foi aprendendo a ler
Olhando mundo à volta
E prestando atenção
No que não estava a vista
Assim nasce um comunista

Pensar a questão turística centrado numa perspectiva teleológica comunista implica compreender o fenômeno turístico como parte da totalidade-mundo. Essa leitura se complexifica à medida que o turismo cresce em importância e é tomado quase que exclusivamente a partir do seu desempenho econômico. O que nos coloca uma indagação: a economia do turismo difere o turista em sua contabilidade? Esta questão permite ponderar a respeito da extensão do fenômeno da organização espacial e na constituição de territorialidades, mediadas, sobretudo, por decisões do Estado.

Um critério que possibilita pensar a dimensão do fenômeno é tratar dos serviços e atividades que são aceitos internacionalmente como lhe sendo característicos. Os serviços específicos de turismo estão organizados dentro das Atividades Características do Turismo, conhecidas como ACT's. São sete conjuntos, sete grandes grupos.

São eles:

1. Serviços de alojamento
2. Serviços de provisão de alimentação e bebidas
3. Serviços de transporte de passageiros
4. Serviços de agências de viagens, operadoras e guias de turismo
5. Serviços culturais

¹ Uma parte dos argumentos desta introdução foi apresentada inicialmente na Coluna Opinião do blog dos Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Disponível em < https://48209fd4-9e54-4385-b712-c09bfc7c2b87.filesusr.com/ugd/15557d_ff081afc83764b098ead5dc1d5aded63.pdf>.

² Conferir em <<https://www.youtube.com/watch?v=pM-V3f28Oqc>>.

6. Serviços recreativos e outros serviços de entretenimento

7. Serviços turísticos diversos

Estes conjuntos de atividades permitem uma compreensão turística acerca da realidade. Como diz Caetano, o olhar de quem se compromete com a transformação social e emancipação humana presta atenção ao que não está à vista! E há muita coisa que não está à vista nas narrativas turísticas, tanto nos discursos oficiais, quanto no imaginário coletivo.

Se, por um lado, o turismo em suas expressões hegemônicas engendra mecanismos de empobrecimento cultural ao mercantilizar espaços e relações, por outro, ele carrega a potência de experiências que há séculos reorganizam sociedades, como assinala David Harvey (2015) a respeito de Paris (principal destino turístico mundial).

Nas frestas desse balanço contraditório, apresenta-se a possibilidade de uma práxis emancipadora que construa uma epistemologia crítica para este campo do saber que cada dia exerce maior força nas decisões nacionais e internacionais – a pandemia evidencia largamente esse fato.

O entendimento de que a práxis turística crítica constitua formas mais potentes de estabelecer o laço social em grande escala poderá, nesse momento histórico, ser apontado como utópico. Poderia retrucar dizendo que é uma necessidade histórica. Mas, no final das contas, volto ao Caetano em sua homenagem ao Mariguela:

Vida sem utopia
não entendo que exista
Assim fala um comunista

Para onde aponta, neste momento, a práxis turística emancipatória, comunista? Para necessidade histórica de pautar o debate turístico considerando a vida, os CPFs, e não os CNPJs, como parâmetro. Enveredar, portanto, pela constituição e pelas dinâmicas da nascente sociedade de serviços é uma das formas de recolocar o debate turístico numa perspectiva humanista constitutiva de uma radicalidade que não ceda aos imperativos econômicos, debate cuja centralidade foi sublinhada pela pandemia de Covid-19.

O TURISMO COMO UM DOS PILARES DA SOCIEDADE DE SERVIÇOS

Aos poucos, vai se formando um consenso na literatura acadêmica sobre turismo: a sociedade sai do ciclo industrial e ingressa num ciclo de serviços. É chegada a sociedade pós-industrial, como dizem De Masi (2000) e Carmo (2007), entre outros. Ambos os autores se balizam, amplamente, nas formulações de Daniel Bell, em sua obra “O advento da sociedade pós-industrial”, de 1973. Mattelart (2001) expõe em detalhes os antagonismos dessa construção teórica, pelo menos de seus principais formuladores, com o materialismo histórico-dialético. Entretanto, basta uma leitura contra o pano de fundo dos acontecimentos das últimas duas décadas em Nuestra América e na Europa para perceber que, em grande medida, estes autores erraram ao apostar no fim das ideologias, dos conflitos de classe e das “bandeiras vermelhas”. Como é possível verificar, outros autores e autoras aqui referenciados têm divergência com o método dialético histórico-materialista e suas teorizações.

Não é necessário, muito menos prudente, todavia, jogar fora a água suja e o bebê. Zizek (2012a) tem derivado importantes reflexões sobre a sociedade contemporânea ingressada no ciclo de serviços, muitas das quais são fundamentais para pensar o turismo, como a ideia de mais-salário, por exemplo. Não se trata de um hibridismo descomedido e sem rigor. Antes, é o caso de aproximar os avanços encontrados em diferentes correntes de pensamentos e organizá-los à luz do método eleito, tanto quanto não sejam antagônicos em seus postulados sobre as especificidades analisadas.

O termo pós-industrial serve para descrever a rápida queda no número de operários fabris, a partir da década de 1970, e o avanço do setor de serviços. Como sabemos, a chamada sociedade industrial, cujo elemento estrutural é a fábrica, se estendeu durante dois séculos (1750-1950). Com a difusão da tecnologia e da comunicação entre os povos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, surge a sociedade pós-industrial, caracterizada por um novo tipo de relações sociais e pela importância da *informação* e do *saber científico*, maiores, comparativamente, do que os setores tradicionais da produção industrial.

Tal setor [de serviços] compreende um conjunto de atividades: comércio, mercado financeiro, saúde, educação, telecomunicações, turismo, pesquisa científica e demais áreas, e vem absorvendo mais mão-de-obra do que a indústria e a agricultura juntas. Em consequência, há um aumento do número de trabalhadores do setor terciário, o que modifica e supera todos os termos da sociedade industrial (CARMO, 2007, p.153, grifo do autor).

Numa sociedade com crescente concentração de renda, que, mesmo em sua maior crise das últimas décadas, não cessa de produzir milionários e bilionários (e a pandemia frisou o caráter desta barbárie sistêmica), dizer que “todos os termos da sociedade industrial” estão

superados me parece hiperbólico e afetado por uma pulsão negativista subjacente pouco rigorosa com a concretude. Não obstante, os termos da organização social têm mudado efetivamente. Não a ponto de se afastar ou superar a sociedade de classes. Ao contrário, os novos termos são frutos da atualização das contradições de classe, para o que o turismo tem concorrido fortemente.

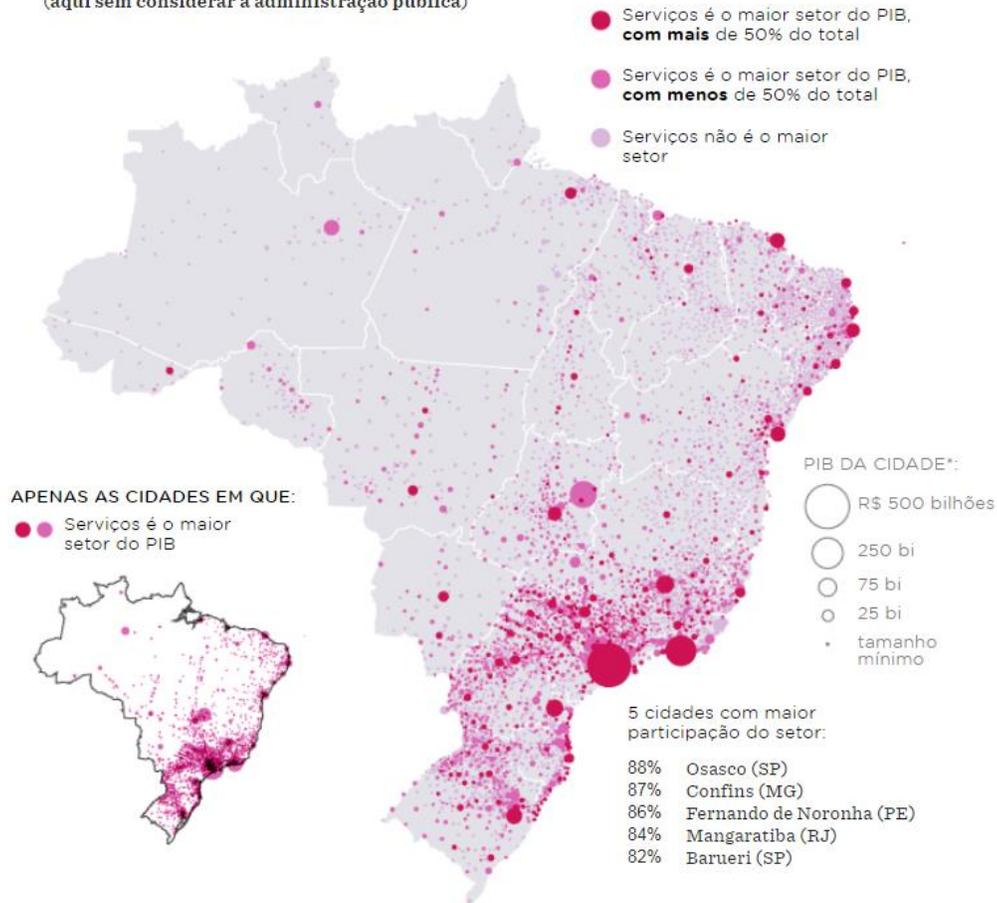
A nova ordem, evidentemente, continua capitalista. O *marketing* promove ao extremo o culto da marca, diluindo as fronteiras entre comércio, cultura e religião. A presença da marca através do patrocínio em inúmeros eventos e programações se revela não só no cenário urbano ou nas imagens eletrônicas, mas também na música, nos esportes, e em grande parte dos eventos comunitários, educacionais e até mesmo religiosos. Com extrema sofisticação, já se pratica a venda da fé e da salvação através do *marketing* religioso (CARMO, 2007, p. 156, grifos do autor).

Fronteiras diluídas e margens erigidas pelo marketing talvez sejam o que levou Melo Neto (2007) a aventar que a vida se transformou em um grande evento. E evento, vocês sabem, é parte da assim chamada Cadeia Produtiva do Turismo – CPTur. O idioma contemporâneo da mercadoria e seu léxico vão se fortalecendo com a narrativa turística. Mas falarei disso logo mais. Antes, é preciso saber: será que, de fato, a sociedade entrou num ciclo de serviços? Olho para o Brasil. Para tanto, utilizo, na sequência, os mapas e gráficos elaborados por Almeida e Zanlorenssi (2018).

FIGURA 1: PARTICIPAÇÃO DE SERVIÇOS NA COMPOSIÇÃO DO PIB DAS CIDADES

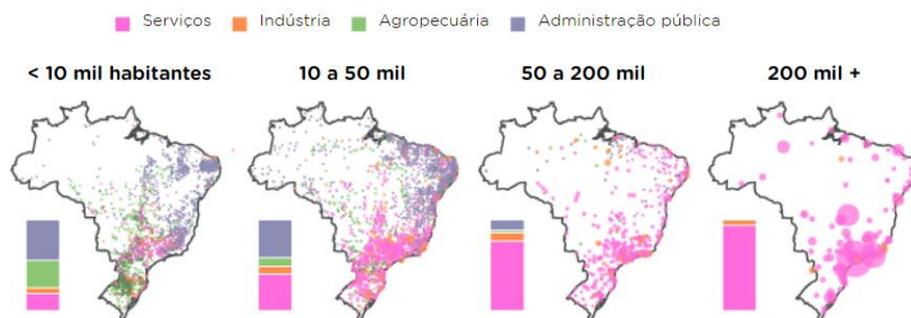
Participação de
Serviços
no PIB das cidades

Inclui os subsetores de comércio, alojamento e alimentação, transportes, comunicações, serviços financeiros, atividades imobiliárias e demais serviços (aqui sem considerar a administração pública)



Fonte: (ALMEIDA, ZANLORENSSI, 2018)

O que chama a atenção na Figura 1 é o fato de que o serviço é a parte mais importante do Produto Interno Bruto – PIB justamente nas regiões “mais desenvolvidas”. E, para além do caráter regional, salta aos olhos, como se vê nas Figuras 2 e 3, que essa tendência acompanha e evidencia-se de modo mais substancial com o crescimento populacional das cidades.

FIGURA 2: RELAÇÃO POPULAÇÃO X PIB POR SETOR PRINCIPAL**RELAÇÃO POPULAÇÃO X PIB POR SETOR PRINCIPAL**

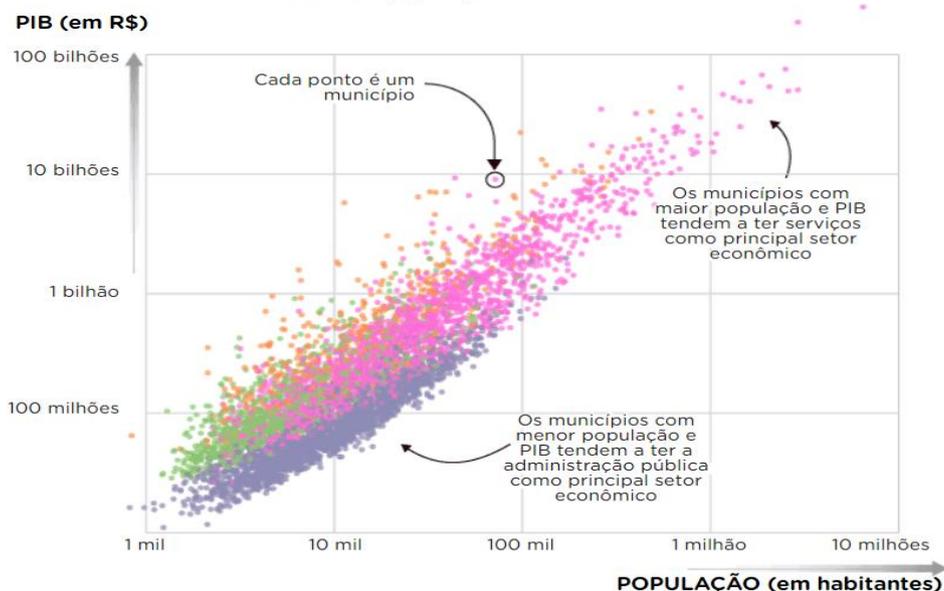
■ Serviços ■ Indústria ■ Agropecuária ■ Administração pública

Fonte: (ALMEIDA, ZANLORENSSI, 2018)

FIGURA 3: PRINCIPAL COMPONENTE DO PIB POR SETOR E POPULAÇÃO.

⚠ ATENÇÃO

Este gráfico está em **escala logarítmica**. Isso quer dizer que, em vez de a escala progredir em acréscimos graduais de grandeza (2, 4, 6, 8), aqui ela progride em uma base de 10 (1, 10, 100, 1.000). Isso foi feito para permitir a visualização em um mesmo gráfico de municípios com valores muito discrepantes de PIB e população.



Fonte: (ALMEIDA, ZANLORENSSI, 2018).

Todas as 17 cidades com mais de um milhão de habitantes têm nos serviços a principal fonte do PIB. Tomando as cidades que têm entre cem mil e um milhão de habitantes, nota-se que, majoritariamente, também o setor de serviços compõe o PIB, rivalizando com a indústria. Isso indica um modelo de sociedade que induz à concentração populacional nas cidades e nega a justiça social às áreas rurais (a lógica urbano-industrial), o que se desdobra em problemas, alguns dos quais foram apontados (MELO, 2017) e que têm rebatimento na atividade turística.

Na sociedade de serviços, o turismo ganha papel central. Isso porque sua cadeia produtiva é constituída por uma multiplicidade de serviços. Do ponto de vista teórico, o caminho analítico para compreender a real influência do turismo atualmente é entendê-lo como um fenômeno social multidimensional e multiescalar que opera a atualização e legitimação da metanarrativa capitalista. Isso difere radicalmente da proposta, por exemplo, de Antonio Henrique Borges Paula (2015), para quem a cadeia produtiva é vista como um modelo de análise.

Embora discorde de grande parte de suas ponderações, o trabalho de Paula expressa, sintomaticamente, a dinâmica de turistificação. O que o autor, mesmo imbuído de um espírito crítico/sustentável, perde de vista são as (sobre)determinações impostas ao e pelo turismo, por meio de sua cadeia produtiva. Por isso, ele crê, por exemplo, que

[...] o turismo pode ocorrer aliado a grandes e modernos recursos de infraestrutura, mas também nascer de forma rudimentar, de baixo custo. O turismo pode exigir hospedagem cinco estrelas ou um simples acampamento sob as estrelas. Ele pode estar interessado em conhecer a alta gastronomia ou apenas valorizar a alimentação local. Dessa forma, todos os elos são igualmente importantes (PAULA, 2015, p. 17).

Um posicionamento como esse escamoteia as ligações estruturais e, por vezes, excludentes, de forma ora mais direta, ora mais indireta, entre essas faces do turismo. Analisar seu comportamento por meio da CPTur, compreendida como as Atividades Características do Turismo somada aos seus principais agentes (Estado e entidades representativas) e aos próprios turistas, permite o desvelamento das interações escalares e interdimensionais que se turistificam e evita equívocos como o do próprio autor, que não enxerga de que modo a CPTur se expressa e age.

Quem acha que a Copa do Mundo de 2014 foi um grande negócio apenas para o turismo está enganado. Os visitantes de todo o mundo que invadiram as cidades-sede dos jogos consumiram muito mais do que hospedagem e alimentação. Eles

precisaram de transporte, gastaram em compras de produtos e serviços, impulsionando a economia local (PAULA, 2015, p. 19).

Dois sintomas se revelam: a naturalização/positivação de uma expressão com forte cunho ideológico (ao menos para quem está próximo dos movimentos sociais) pela lógica turística e a confusão do que seja o turismo. A confusão é tamanha que o próprio autor aponta, no decorrer do trabalho, contrariando-se, portanto, os negócios, o comércio e serviços como nichos turísticos.

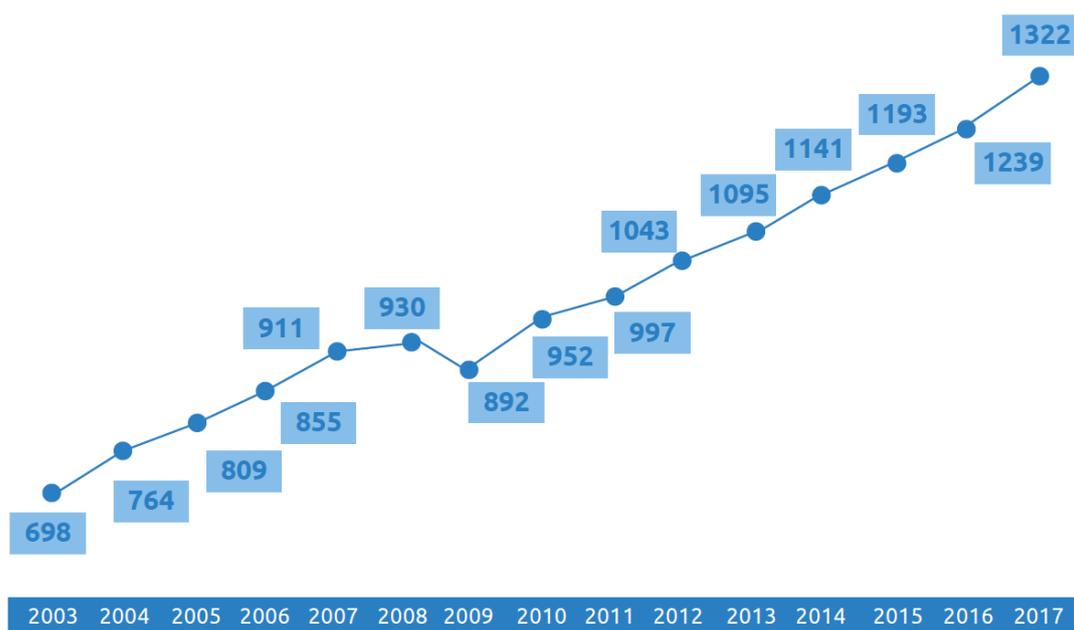
A complicação para definir o que é o turismo e quem é o turista quase sempre acaba na adoção de critérios econômicos para sustentar a validade das elaborações propostas. É por isso que Pakman (2014) erra o alvo ao dizer que os objetivos da Organização Mundial do Turismo – OMT, por exemplo, e da academia são em essência diferentes e não se influenciam. A abordagem economicista e neoliberal da OMT impregna hegemonicamente as formulações teóricas sobre turismo, desde as que buscam alguma definição, até as que tratam sobre os desdobramentos desse fenômeno social. E, mais ainda, afeta a própria leitura do papel que o Estado tem na efetivação da experiência turística.

O Estado, ao planejar o turismo, assume igualmente essa perspectiva economicista. Os dados internacionais são lançados para demonstrar o vigor do turismo na retomada do crescimento pós-crise.

Em 2017, o turismo mundial superou as expectativas de crescimento, com 1.322 bilhão de viajantes internacionais, o que significa um aumento de 7% com relação a 2016, representando o melhor resultado em sete anos (OMT, 2018 apud BRASIL, 2018, p.22).

Esses dados confirmam a capacidade do setor, que, mesmo em meio a desafios econômicos e políticos, movimentou US\$ 7,6 trilhões em 2017, representando 10% de toda a riqueza gerada na economia mundial, conforme dados da World Travel & Tourism Council (WTTC). Além disso, o setor de turismo é responsável por 292 milhões de empregos, o equivalente a 1 em cada 10 na economia global (BRASIL, 2018, p. 23).

A Figura 4 mostra ascendência da chegada internacional de turistas no mundo. A viagem passa a ser gradualmente uma prioridade para os sujeitos com poder aquisitivo. Como a possibilidade de viagem internacional é reduzida a uma parte da sociedade, cria-se uma competição por esses turistas.

FIGURA 4: CHEGADA DE TURISTAS INTERNACIONAIS NO MUNDO.**Gráfico 4 - Chegadas de turistas internacionais no mundo (em milhões)**

Fonte: BRASIL (2018).

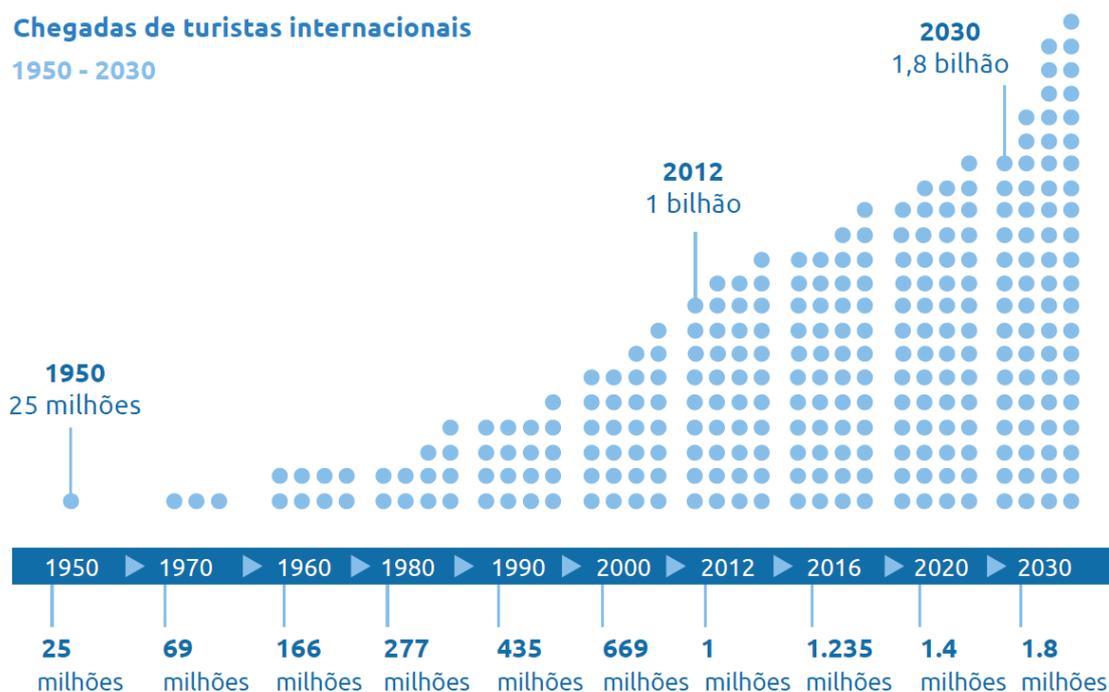
Na experiência turística convertida em mercadoria, não é a experiência que conta, e, sim, os gastos.

Outro dado importante aponta que, apesar de serem maioria, os turistas que vêm ao Brasil em viagens a lazer não são os que mais gastam no país. Segundo dados do gráfico a seguir, em 2016, esses visitantes gastaram, em média, US\$ 61,41 por dia, enquanto os estrangeiros que vieram a negócios deixaram no país cerca de US\$ 82,54 (BRASIL, 2018, p. 32).

É nesse contexto que é preciso intensificar as ações para retomar a participação do Brasil no mercado internacional de eventos. Segundo o ranking global da International Congress and Convention Association (ICCA), o Brasil recuou quatro posições, passando da 11ª posição em 2015 para a 15ª posição em 2016. No entanto, continua sendo o país da América do Sul que mais sediou eventos – 244 no continente, um número importante no cenário internacional, mas ainda aquém de suas potencialidades (BRASIL, 2018, p. 33).

A despeito da série crescente de desordens territoriais derivadas da chegada, em grande escala, de pessoas a determinados locais (os quais, por diversos motivos, são categorizados e procurados “em massa”), há um esforço mundial para que o número de viagens internacionais chegue perto dos dois bilhões no ano de 2030, conforme mostra a Figura 5.

FIGURA 5: CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS NO MUNDO EM MILHÕES.



Fonte: Brasil (2018).

O fluxo precisa ser direcionado. Não há evidências de um espraiamento. Antes, os líderes de atração de viajantes alternam-se e, essencialmente, mantêm-se no ranking dos 10, como mostra a Figura 6.

FIGURA 6: RANKING DOS 10 PAÍSES QUE MAIS RECEBERAM TURISTAS DE 2007 A 2017.

	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2015	2017
Suíça	1º	1º	1º	1º	1º	1º	6º	10º
Alemanha	3º	3º	3º	2º	2º	2º	3º	3º
França	12º	10º	4º	3º	3º	7º	2º	2º
Áustria	2º	2º	2º	4º	4º	3º	12º	12º
Suécia	17º	8º	7º	5º	5º	9º	23º	20º
Estados Unidos	5º	7º	8º	6º	6º	6º	4º	6º
Reino Unido	10º	6º	11º	7º	7º	5º	5º	5º
Espanha	15º	5º	6º	8º	8º	4º	1º	1º
Canadá	7º	9º	5º	9º	9º	8º	10º	9º
Singapura	8º	16º	10º	10º	10º	10º	11º	13º
Brasil	59º	49º	45º	52º	52º	51º	28º	27º

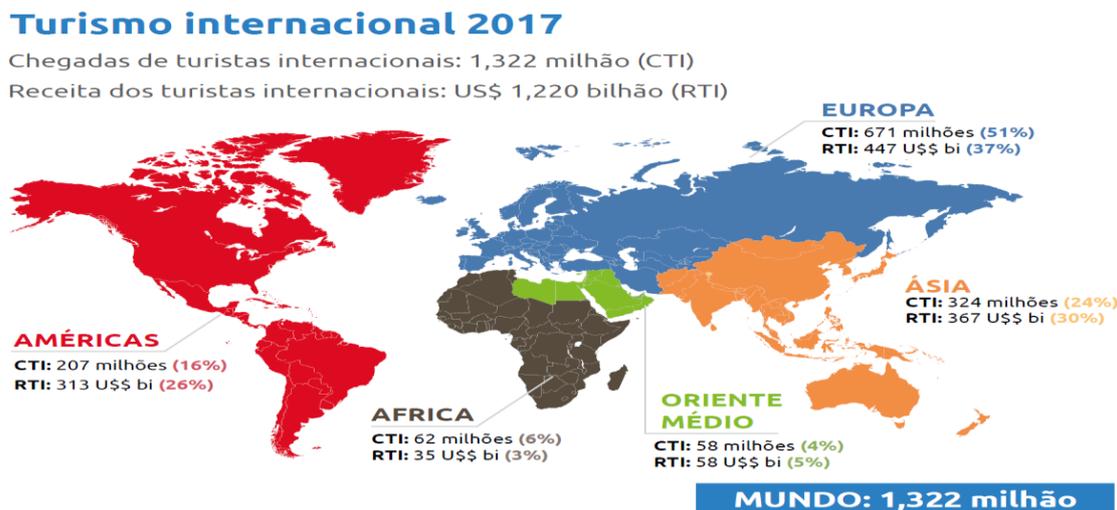
Fonte: Brasil (2018).

Muitas coisas precisam ser questionadas nessa classificação. Para além das questões filosóficas acerca do sentido da mediação mercantilizada das relações, da aposta acrítica num economicismo apriorístico, a própria metodologia não diz muito sobre as reais dimensões do turismo como fenômeno social. Basta ver que mais da metade dos países que compõem os 10 maiores destinos turísticos (em números de chegadas) estão na Europa, cuja circulação é amplamente facilitada. Provavelmente, se os custos das passagens aéreas fossem mais baixos entre os países de Nuestra América, a relação dos deslocamentos entre os visitantes seria outra. Essa é uma lógica industrial que pouco dialoga com a propalada sustentabilidade. É, antes, a guerra dos lugares, como disse Rolnik (2015). Desconsidera-se a distância percorrida. Compara-se o incomparável. Caso aderíssemos à perspectiva de um desenvolvimento sustentável reformista (como é hegemônico entre os que advogam tal discurso), impor-se-ia o desafio de colocar na balança os impactos socioambientais dos grandes deslocamentos, e, assim, teríamos que tal custo precisaria ser posto na equação dos “melhores destinos”. Dependendo da Unidade da Federação – UF em que o sujeito está no Brasil, é mais fácil ir para um dos países vizinhos do que para outra região do próprio país, por exemplo. E o que isso diz sobre a qualidade da viagem ou mesmo dos gastos? Muito pouco. No primeiro caso,

tem mais a ver com uma concepção de mundo; no segundo, com a disponibilidade orçamentária e de realização dos gastos.

Na Figura 7, o mapa dos gastos e das chegadas internacionais no mundo. A guerra é inter e intra-regional.

FIGURA 7: CHEGADAS E RECEITAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS.



Fonte: OMT (2018) apud Brasil (2018).

Não importa apenas a quantidade; nessa lógica economicista, é preciso também garantir que os sujeitos gastem. Um esforço se constitui para atrair e manter no país um determinado segmento de turistas, que investem mais dinheiro na economia, notadamente o turista de compras, que se vê na Figura 8, ser ainda bem reduzido. A segmentação (Figura 8) desses turistas serve para que se desenvolvam produtos e serviços específicos e para que o marketing seja direcionado.

FIGURA 8: MOTIVO DAS VIAGENS INTERNACIONAIS AO BRASIL.

Motivo da Viagem	Ano (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Lazer	46,8	46,5	54,7	51,3	56,8
Negócios, eventos e convenções	25,3	25,3	21,9	20,2	18,7
Outros motivos	27,9	28,2	23,4	28,5	24,5
<i>Visitar amigos e parentes</i>	24,4	21,8	20,1	25,2	21,1
<i>Religião ou peregrinação</i>	0,4	3,5	0,4	0,4	0,5
<i>Estudo ou cursos</i>	1,8	1,8	1,9	1,7	1,6
<i>Motivos de saúde</i>	0,6	0,6	0,5	0,6	0,5
<i>Compras</i>	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<i>Outros</i>	0,6	0,4	0,4	0,5	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BRASIL (2018).

A receita cambial turística brasileira é deficitária há anos. Isso em função de como os brasileiros gastam no exterior em relação à como os estrangeiros gastam no país. Mas, em vez de apostar na circulação interna, o Ministério do Turismo – MTur aposta na atração de mais turistas internacionais. E, antes de que se contraponha o argumento de que se estão buscando ambas as coisas, aumentar o fluxo interno e externo, mostro na sequência o porquê de tal argumentação não fazer sentido.

O TURISMO É O CONJUNTO DE TUDO QUE É TURÍSTICO

O atual Plano Nacional do Turismo – PNT (BRASIL, 2018) é o primeiro a colocar a segurança pública como um dos eixos para o turismo nacional. Organizado justamente durante o governo que, para investir em segurança pública, retirou verbas do esporte e da cultura, duas das áreas prioritárias no combate às desigualdades sociais, na equalização do “capital social” e na criação de horizontes para crianças e jovens.

Para juntar dinheiro para a segurança pública, Temer resolveu secar a fonte da cultura e do esporte. Na última terça (12), foi publicada a Medida Provisória 841, que reorganiza o Fundo Nacional de Segurança Pública e redistribui os recursos das loterias destinados a essas áreas.

Cultura e esporte são parte central da estratégia de enfrentamento à violência em qualquer país. Por aqui, contudo, essas áreas só perdem recursos. Temer, com isso, faz questão de mostrar que o Brasil gosta de andar perigosamente na contramão do mundo (SAKAMOTO, 2018, s/p.).

Ao apostar no aprofundamento de um modelo neoliberal que concentra riqueza em níveis alarmantes, ao mesmo tempo em que congela os investimentos em políticas sociais e investe de forma setorializada no turismo, sem um espriamento do seu entendimento como fenômeno social multiescalar e multidimensional, Estado e Governo Federal instrumentalizam da pior forma seu potencial de geração de emprego e renda, retendo as possibilidades de ascensão social, dentro da CPTur e dos que possam acessá-la. O crescimento é almejado, desse modo, dentro do pequeno conjunto de sujeitos brasileiros que já têm condições de viajar e praticar turismo, e visa aderir e aprofundar a lógica de competição internacional. Para tanto, aposta em pesados investimentos em determinadas localidades, inclusive, inserindo o turismo como importante setor de reinvestimento na superacumulação de capital, como apontou Harvey (2011). O país deixa, com isso, de seguir, inclusive, as recomendações de organizações internacionais sobre como fortalecer os mecanismos de mobilidade social.

Na recente pesquisa da OCDE sobre mobilidade social, há umas recomendações parecidas sobre o que fazer, como ampliar os investimentos em educação (sobretudo na de base) e em saúde – o que vai ser difícil com o congelamento de gastos sociais por 20 anos aprovado pelo governo Temer –, além de reformar o sistema tributário (BARROCAL, 2018, s/p).

Rolnik (2015, p. 33), em seu livro já mencionado “A guerra dos lugares”, assevera sobre a orientação para o mercado das políticas neoliberais.

A imposição global do neoliberalismo tem sido altamente desigual, tanto social quanto geograficamente, e suas formas institucionais e consequências sociopolíticas variaram significativamente ao redor do mundo, dependendo de interações específicas em cada contexto entre paisagens regulatórias herdadas e projetos emergentes de reestruturação orientados ao mercado.

O governo Temer, sob os auspícios do Estado, trabalhou e avançou numa agenda regressiva para o conjunto da classe trabalhadora. Assim, a exaltação do potencial de geração de emprego e renda e do peso de exportação de serviços no âmbito internacional, vista na Figura 9, deve ser lida contra o pano de fundo da desregulamentação trabalhista e contra os cortes em investimentos sociais, no Brasil, e da concentração de renda, internacionalmente, sem o que não é possível mensurar as condições dos postos de trabalho e da renda criados. Situação que se intensificou no atual governo de Bolsonaro, cujo principal rebatimento é a limitação no combate à pandemia de Covid-19.

FIGURA 9 – DESTAQUES ECONÔMICOS DO TURISMO NO MUNDO

IMPACTO DO TURISMO



Fonte: (OMT, 2018 apud BRASIL, 2018).

De Masi (2000) fez uma análise sobre as dinâmicas econômicas neoliberais no alvorecer do presente século que ajuda a pensar as engrenagens que movem o discurso turístico:

Os capitalistas aperfeiçoaram no mundo todo uma estratégia precisa, guiados por Reagan, no EUA, e Thatcher, na Grã-Bretanha. Com um grande uso da mídia, elaboraram uma campanha para atacar tudo que é público: burocracia, empresas estatais, transportes, previdência social e ensino. Obtiveram assim a privatização dos setores mais lucrativos da economia e compraram abaixo do preço as ações das sociedades privatizadas: companhias de transporte ferroviário, eletricidade, telecomunicações, tudo aquilo de maior valor nos patrimônios estatais.

Como se não bastasse, fizeram de forma a receber de volta o dinheiro que tinham pago ao Estado, na forma de incentivos fiscais ou empréstimos a baixo custo e com prazos a perder de vista. Depois disso, começaram a reduzir os custos dessas empresas privatizadas, realizando fusões e demitindo empregados. Dessa maneira, acumularam quantias imensas de dinheiro, usando inclusive a desculpa de que as grandes somas são indispensáveis para realizar investimentos produtivos e voltar assim a aumentar a oferta de empregos. Mas na verdade, tanto nos Estados Unidos como na Europa, os investimentos privados diminuíram, em vez de aumentar (DE MASI, 2000, p. 92-93).

Não é exatamente isso o que se passa no Brasil e em grande parte dos países “em desenvolvimento” atualmente? A “ponte para o futuro” apresentada ao povo brasileiro pelo governo do ex-presidente Temer e em grande medida concretizada pelo governo Bolsonaro é uma prova incontestada da escolha por esse caminho no Brasil. E o turismo é colocado como vetor desse desenvolvimento modernizante que privatiza o bem comum. De Masi (2000), contrapondo a ideia de que esse modelo de desenvolvimento usurpa as populações, apontava o crescimento do número de turistas chineses como prova de seu caminho ao desenvolvimento. Crente de que a sociedade pós-industrial construiria dinâmicas totalmente novas, o autor via uma “melhora” na exploração.

A questão é que as exigências dos países ricos mudaram: antes precisavam de matéria-prima, agora necessitam de mão-de-obra e mercado para suas exportações. É exploração? Sem dúvida. Mas, apesar disso, é uma exploração inferior à exploração colonial, na qual grandes potências se apropriavam das matérias-primas e reduziam as populações nativas à escravidão. Representa, portanto, uma melhora, nem que seja pelo simples motivo de que o trabalho é de alguma forma remunerado. (DE MASI, 2000, p. 87).

Novas dinâmicas têm sido construídas certamente. Formas antigas, no entanto, não foram completamente abolidas. Em alguns casos, foram revitalizadas, inclusive. O Brasil tem quase dois casos de trabalho escravo a cada mil habitantes (BRANT, 2018)³, um número estarrecedor para uma nação “moderna”! E mais, a condição da escravização destes sujeitos também não é “melhor” que no período colonial. A China e o Brasil, dois países “em desenvolvimento”, são duas nações de destaque na extração de bens comuns no continente africano (MELO, RODRIGUES, BARBOSA JR, 2018). A China, inclusive, é importante “investidora” no Brasil, o que impõe compreender os limites do Estado-nação e o papel do capital transnacional. Essas duas esferas costuradas pelas políticas neoliberais terminam por impor novos cerceamentos aos sujeitos. Um dos principais é combinação da expropriação territorial com a concentração de renda. O turismo atua nesse particular diretamente. Na reportagem de Barrocal (2018, s/p.), vislumbra-se isso parcialmente.

Poder é ter o poder de determinar a própria renda”, diz [o economista Fernando Nogueira da Costa]. Em outras palavras, quanto mais perto dos polos de poder, mais perto da casta do 1%. Juízes e procuradores de Justiça são exemplos disso. Em março, fizeram protestos contra o julgamento do auxílio-moradia e tiveram sucesso em salvar a mordomia. Jornalistas e repórteres, 55 mil soldados do poder midiático que prestaram contas ao Fisco, tiveram renda média de 17 mil reais por mês.

Um patamar que garante a categoria entre os 10% mais ricos, formados por quem ganhou 9 mil ou mais por mês em 2017, conforme o IBGE. Quem não faz parte explicitamente do poder, comenta Costa, tem “como boa ocupação cuidar, inclusive da diversão, dos poderosos: médicos, pilotos, atores, jogadores de futebol...”.

A renda média dos médicos já se viu. A dos pilotos de avião e de comandantes de navio foi de 23 mil reais por mês em 2016. A dos atletas e desportistas, de 22 mil. A de atores e diretores de espetáculos, de 19 mil.

Médias são sempre perigosas. Como ator amador que viveu alguns anos o cotidiano de apresentações, viagens, sobreposição de funções e divisão de modestos cachês, sei que, por exemplo, não é a realidade dos artistas nacionais receber 22 mil reais mensais; muito longe disso, aliás! Também não é necessário ser nenhum iniciado no dia a dia dos desportos para

³ Mesmo com o recuo do governo frente à portaria que modificava a definição de trabalho escravo moderno, o atual Governo Federal e o Estado têm cooperado para a não fiscalização e, portanto, para uma subnotificação dos casos, além da não divulgação da lista suja, com o nome das empresas flagradas escravizando *trabalhadorxs*.

saber que essa média também não diz respeito à realidade da maioria. Os megassalários inflam a média, nesses casos. Mas são exatamente eles que ajudam a explicar a turistificação da existência. Se os vultosos salários de pilotos de avião e comandantes de navios são regra, acompanhados de salários menores, mas igualmente volumosos para a realidade brasileira, da tripulação, os megassalários, apesar de excepcionais, sintetizam a transmutação de um simples artista ou esportista em uma celebridade, cujo valor não é definido apenas pelo talento.

Esses salários todos compõem, de forma direta, a experiência turística contemporânea. E qual o papel desse mais-salário e dessa hipervisibilidade, além da possibilidade de pleitear cargos eletivos, novos empregos, investimentos econômicos de diferentes ordens? Para Žižek, é o de garantir a condição de afastamento da autoimagem de classe trabalhadora. É como se, numa escala, quanto mais longe do salário mínimo e mais perto das esferas de poder de uma sociedade, maior a desvinculação com a autoidentificação como trabalhador. Pela riqueza, vale a pena conferir o raciocínio na íntegra.

A análise de Hardt e Negri [sobre a atualidade do capitalismo] possui três pontos fracos que, em sua combinação, explicam como o capitalismo pode sobreviver ao que deveria ser (em termos marxistas clássicos) uma nova organização da produção que o tornaria obsoleto. Ela subestima a extensão do sucesso do capitalismo contemporâneo (pelo menos em curto prazo) de privatizar o “conhecimento comum”, assim como a extensão com que, mais do que a burguesia, são os próprios trabalhadores que se tornam “supérfluos” (número cada vez maior deles torna-se não somente desempregado, mas estruturalmente inempregável). Além disso, mesmo que seja verdade, em princípio, que a burguesia está progressivamente se tornando desfuncional, deve-se qualificar esta afirmação – desfuncional para quem? Para o próprio capitalismo. Isto quer dizer que, se o velho capitalismo envolvia idealmente um empreendedor que investia dinheiro (seu ou emprestado) em produção organizada e dirigida por ele próprio, recolhendo o lucro, hoje está surgindo um novo tipo ideal: não mais o empreendedor que possui sua própria empresa, mas o gerente especialista (ou um conselho administrativo presidido por um CEO) de uma empresa de propriedade dos bancos (também dirigidos por gerentes que não possuem os bancos) ou investidores dispersos. Neste novo tipo ideal de capitalismo sem burguesia, a velha burguesia desfuncional é refuncionalizada como gerentes assalariados – a nova burguesia recebe cotas, e mesmo se ela possui uma parte na empresa, eles recebem as ações como parte da remuneração pelo trabalho (“bônus por sua gerência bem sucedida”).

Esta nova burguesia ainda se apropria da mais-valia, mas da forma mistificada daquilo que Milner chama de “mais-salário”: em geral, a eles é pago mais do que o salário mínimo do proletário (este ponto de referência imaginário – frequentemente mítico – cujo único verdadeiro exemplo na economia global de hoje é o salário de um trabalhador numa *sweat-shop* na China ou na Indonésia), e é esta diferença em relação aos proletários comuns, esta distinção, que determina seu status. A burguesia no sentido clássico, assim, tende a desaparecer. Os capitalistas reaparecem como um subconjunto dos trabalhadores assalariados – gerentes qualificados para ganhar mais

por sua competência (razão pela qual a “avaliação” pseudo-científica que legitima os especialistas a ganharem mais é crucial hoje em dia). A categoria dos trabalhadores que recebem mais-salário não está, obviamente, limitada aos gerentes: ela se estende a todos os tipos de especialistas, administradores, funcionários públicos, médicos, advogados, jornalistas, intelectuais, artistas... O excesso que eles recebem tem duas formas: mais dinheiro (para gerentes etc.), mas também menos trabalho, isto é, mais tempo livre (para alguns intelectuais, mas também para setores da administração estatal) (ZIZEK, 2012b, s/p., grifo do autor).

É contra este pano de fundo que devemos ler os dados de geração de postos de trabalho na CPTur e as declarações de modernização das leis trabalhistas.

Com a retomada da atividade econômica em 2017 e pelo fato de o turismo ser uma atividade econômica que necessita de menor investimento para a criação de postos de trabalho, prevê-se a melhora deste cenário nos próximos anos. Ademais, pela natureza dos serviços envolvidos em sua cadeia produtiva, o setor constantemente necessita de mão de obra, diferentemente de outras atividades, onde novas tecnologias estão substituindo muitos postos de trabalho. Estão incluídas, como geradoras de empregos diretos, as atividades relacionadas a hotelaria, agências de turismo, companhias aéreas, demais tipos de transportes de passageiros e turistas, além de restaurantes e empreendimentos de lazer (BRASIL, 2018, p. 28).

A prometida modernização nem bem foi implantada no Brasil e a pesquisadora Angela Teberga de Paula (2018a; 2018b) relatou o quadro de precarização dos postos de trabalho no turismo. A sociologia do trabalho em serviços, igualmente, tem demonstrado que, anteriormente às mudanças trabalhistas e, portanto, em melhores condições, a precarização em parte da CPTur já era uma realidade (NUNES, 2011).

É relevante estabelecer uma conexão de como o crescimento do setor de serviços passa a estabelecer, na visão de Konder (2018, p. 142-143), novas tramas para a luta de classes, o que é essencial para a argumentação sobre as leituras da reorganização capitalista.

O que podemos enxergar na situação atual é um crescimento considerável do setor terciário na economia, um aumento impressionante no setor de serviços. O que podemos ver é o aparecimento de grupos instáveis e camadas de difícil definição, proliferando entre o proletariado e a burguesia, assumindo funções novas e papéis múltiplos, que repercutem na sociedade e influenciam a vida política e cultural. Em tais condições, a luta de classes não desaparece, mas as formas pelas quais ela se realiza vão deixando de ser imediatas e diretas, vão se tornando indiretas, sinuosas, passando por mediações cada vez mais delicadas: passam por conflitos deslocados do campo das contraposições nítidas e explícitas para o campo das manobras hábeis e sutis.

Como diz Carmo (2007, p. 159), “o prazer e o lazer, que antes eram considerados inimigos da laboralidade capitalista, desempenham papel indispensável no mundo contemporâneo”. Trabalho e lazer fundem-se na sociedade atual. Essa fusão põe novos nomes e valores e repõe, com outra potência, antigos. Nas palavras de De Masi (2000, p. 259):

A pedagogia da idade industrial ensinava a separar as duas coisas: trabalho era trabalho, diversão era diversão. Hoje, ao contrário, trabalho e lazer se misturam e se potencializam reciprocamente. De toda forma, o tempo livre, propício ao lazer, predomina.

A leitura descolada da realidade que o autor faz é o que vulgarmente se denomina “eurocentrismo”, que é, em verdade, uma peculiar falta de perspectiva emancipatória. Entretanto, apesar de o tempo livre e de as condições de desfrutar de lazer e entretenimento, cada dia mais postos e cercados pela lógica mercantilista do valor de troca, não serem a realidade da maioria da maioria da população mundial, o apontamento é relevante para que se perceba como é entendida e legitimada essa narrativa que avança nas (sobre)determinações territoriais mundo afora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a diversidade de atividades e serviços que sustentam os números da CPTur temos uma real dimensão de como este fenômeno social contribui para a reorganização produtiva do capitalismo contemporâneo, com rebatimentos nas dinâmicas sociais, nos territórios e nas subjetividades.

Tomar por turístico, ou seja, o que é próprio do fenômeno social Turismo, todas as atividades e serviços que constituem sua economia, suas narrativas e seu marketing (este de grande valor num capitalismo cognitivo que logra vincular fortemente as expressões de dignidade e felicidade ao consumo destas experiências turísticas, e, portanto, seu não acesso à formas particulares de sofrimento), não é jogar o jogo do apriorismo economicista, antes, é desvelar a hiperidentificação desta engenharia com a reprodução ampliada do capital e com a atualização e legitimação da metanarrativa capitalista.

Para além de uma sociedade de serviços assentada em vagas análises e apostas sociais de fluidez territorial, amenização da precarização trabalhista e da degradação ambiental (dados concretos que revelam o equívoco desse tipo de análise), o campo de saber turístico está sendo demandado a construir uma práxis emancipatória, cujo papel que lhe compete mais diretamente é certamente o da teorização, que dê conta de análises e intervenções que neguem e impeçam as barbáries, como vimos dia a dia ser cometidas durante a pandemia em nome da economia ou de uma liberdade individual que arrisca um esforço coordenado mundialmente de combate à Covid-19.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; ZANLORENSSI, G. **Qual o principal setor na composição do PIB dos municípios brasileiros.** Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/01/10/Qual-o-principal-setor-na-composi%C3%A7%C3%A3o-do-PIB-dos-munic%C3%ADpios-brasileiros>> Acesso em 29/Nov/2018.

BARROCAL, A. (2018) **Convicta de ser apenas “classe média”, a turma do 1º não se enxerga.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/1009/convicta-de-ser- apenas-classe-media-a-turma-do-1-nao-se-enxerga>> Acesso em 01/Ago/2018.

BRANT, D. **Brasil tem quase 2 escravos modernos a cada mil habitantes, diz ONG.** Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/brasil-tem-quase-2-escravos-modernos-a-cada-mil-habitantes-diz-ong.shtml>> Acesso em 05/Ago/2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil.** Brasília: MTur, 2018.

CARMO, P. S. **Sociologia e sociedade pós-industrial: uma introdução.** São Paulo: Paulus, 2007.

DE MASI, D. **O ócio criativo.** Entrevista a Maria Serena Palieri. Trad. Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Tradução João Alexandre Peschanski. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Paris: capital da modernidade.** Trad. Magda Lopes. – São Paulo: Boitempo, 2015.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MATTELART, A. A era da informação: gênese de uma denominação descontrolada. **Famecos**, n. 15, 2001.

MELO NETO, F. P. **Criatividade em eventos.** 5 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MELO, T.S. Cidade/urbano versus campo/rural: a necessidade de políticas públicas que superem esta dicotomia para inclusão das populações pobres no Brasil. **Kultur** – vol. 4; n. 8, 2017.

MELO, T. S.; RODRIGUES, A. O.; BARBOSA JR., R. Cooperação sul-sul entre Brasil e Moçambique: da (in)segurança territorial à alteridade construída pela soberania popular. **ANPEGE** – vol.14; n. 24, 2018.

NUNES, J. H. **A seu dispor: sociologia do trabalho em serviços.** (ORG). Goiânia: Ed PUC Goiás, 2011.

PAKMAN, E.T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. **Anais** do XI Seminário da ANPTUR - 2014. Disponível em <http://www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2014/arquivos/DFP/DFP1/034.pdf> Acesso em 25/Mar/2016.

PAULA, A. T. **Un panorama sobre la precarizacion del trabajo turístico em Brasil.** 2018a <<http://www.albasud.org/noticia/1039/un-panorama-sobre-la-precarizaci-n-del-trabajo-tur-stico-en-brasil>>

_____. **La reforma laboral llega a Brasil con perspectivas de agravar la precariedad del trabajo en el turismo.** 2018b <<http://www.albasud.org/noticia/es/1048/la-reforma-laboral-llega-a-brasil-con-perspectivas-de-agravar-la-precariedad-del-trabajo-en-el-turismo>>.

PAULA, A. H. B. **Cadeia produtiva do turismo.** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2015.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SAKAMOTO, L. **Em nome da segurança pública, Temer decreta morte do Ministério da Cultura.** Disponível em <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/06/14/em-nome-da-seguranca-publica-temer-decreta-morte-do-ministerio-da-cultura/>> Acesso em 04/Ago/2018.

ZIZEK, S. **O ano em que sonhamos perigosamente.** Tradução Rogério Bertoni. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. **A revolta da burguesia assalariada.** (2012b) Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/01/27/a-revolta-da-burguesia-assalariada/>> Acesso em 11/Nov/2018.

SOBRE O AUTOR**Thiago Sebastião de Melo**

Docente no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais - IESA na Universidade Federal de Goiás - UFG, com parte da pesquisa (sanduíche) realizada em Moçambique, na Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Eduardo Mondlane, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Rio Claro. Graduado em Turismo também pela UNESP, campus de Rosana. Membro do grupo de pesquisa Dona Alzira - Espaço, Sujeito e Existência (UFG/IESA); do grupo de pesquisa Geografia, Literatura e Arte (USP); e do Grupo de Estudos e Pesquisas de Turismo no Espaço Rural - GEPTER (UNESP/Rosana), todos vinculados ao CNPq. Membro fundador da Rede Internacional de Estudos Críticos sobre Turismo, Território e Autodeterminação - REESCRITA. As conexões entre a reestruturação capitalista contemporânea e o espaço/função do turismo nesse processo engendram as pesquisas atuais. Busca compreender a subjetividade contemporânea como condição para aprofundar o entendimento do turismo como fenômeno social. Pesquisa diretamente a inserção da atividade turística no meio rural; como essa tem se dado no cenário brasileiro por meio das Políticas Públicas, sobretudo, em relação às populações tradicionais e aos movimentos sociais do campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Vincula-se às reflexões acerca da agricultura e do turismo como componentes de territórios camponeses e das populações tradicionais, e como o agronegócio influi nesse particular.

**Recebido em julho de 2021.
Aceito para publicação em setembro de 2021.**